

**PERCURSO POLÍTICO DAS IDÉIAS
DO MOVIMENTO FEMINISTA
LATINO-AMERICANO E DO CARIBE:
de Cali, Colômbia (1981) a Cartagena, Chile (1996).¹**

Lilian Letelier²

Propor-se refletir sobre as reivindicações políticas e sociais na trajetória do Movimento Feminista Latino-americano e do Caribe, e sobre o que tem acontecido nos espaços onde este tem procurado a sua legitimação - os **encontros internacionais**, desde de Cali-Colômbia (1981) até Cartagena-Chile (1996)³ - supõe começar por considerar a **heterogeneidade dos contextos histórico-políticos** de cada um de nossos países de onde emergem os movimentos de mulheres e especificamente os movimentos feministas "da segunda onda".⁴ Neste horizonte, supõe então considerar os autoritarismos não só como sistemas de governo burocrático-militares, mas também simbolicamente, como sistemas de relações de disciplinamento e de domínio que não

¹ Este texto foi apresentado no **Coloquio Internacional Mujeres del Siglo XX: Su Cultura e Historia en la América Latina**, Casa de Las Américas, Febrero, 1997, La Habana, Cuba.

² Professora do PPGS/UFPb, Dra. Em Sociologia.

³ A marcação em letra negra pertence a autora. A ideia que está por trás desta marcação quer conotar o fato de que os encontros foram e são espaços políticos/epistemológicos de discussão, conversação, avaliação e criação de propostas legitimados, reconhecidos como saberes feministas. Como forma de produção de conhecimentos é tão validada como os seminários, os simpósios, as oficinas, etc.

⁴ Segundo diversas pesquisas e bibliografia consultadas, na maioria dos países latino-americanos se classifica a luta pelo sufrágio das mulheres como emergência e expressão visível da primeira onda do movimento feminista durante os anos 30. Em alguns casos, como o do Brasil, recebe explicitamente o nome de luta feminista; em outros países, como o Chile, aparece como movimento social pelo direito ao voto e, a posteriori, recebe essa denominação de parte das mulheres que lideram a luta por essa conquista. Neste contexto, denomina-se segunda onda do movimento a emergência, já em nos 80, do movimento feminista explicitamente assim chamado e inserido na luta pela recuperação da democracia e o seu aprofundamento a partir dos direitos sócio-culturais das mulheres.

provêm somente das burguesias locais e das castas militares nacionais, mas que provêm também das classes medias - incluindo profissionais e intelectuais - e das classes proletárias e camponesas. (Kirkwood, 1986: 188)

Neste sentido, supõe então considerar a dimensão da opressão sexo/gênero instituída e reproduzida através das relações do sistema de parentesco como um eixo tempo-espacial no interior do qual - e na medida em que se historiciza e se tece na pele humana - mantém-se na invisibilidade social a constituição das formas que as diferenças subjetivas expressam, seja qual for a ordem que assumam os sucessivos e diferentes governos locais.

A partir de um posicionamento político, na América Latina esta reflexão supõe também considerar a história das organizações políticas de esquerda, especificamente os partidos políticos de esquerda, onde preferencialmente se posicionam as mulheres que se iniciam no feminismo e de onde emergem as primeiras categorias que permitem, de um lado, distinguir os conteúdos de suas reivindicações e, do outro, as possíveis clivagens que deram e dão conta das posturas políticas no interior do Feminismo. No concreto são quatro essas categorias: o **Político**, o **Feminista**, e o **Popular** tecidos pelo fio **Movimentista**.

Com efeito, a memória histórica da esquerda e a memória da esquerda política organizada em partidos, enquanto suporte sócio-cultural, constituem um primeiro sentido hermenêutico, subjacente à compreensão destas quatro categorias, pois possibilitam, por oposição e negação, a emergência de uma práxis política feminista das mulheres articulada ao movimento social. Aliás, esta práxis, enquanto projeto e processo, implica um ato de desconstrução que, como "tomada de consciência crítica", coloca em questão os conteúdos do sistema de relações sociais ao nível global - no interior do qual cada mulher está imersa - que se interpõem à sua libertação. Neste sentido, o que se coloca em questão sobre o fazer feminista é que ele, assim como não tem um remetente neutro nem conteúdos políticos neutros, questiona o autoritarismo e o machismo presentes no interior das relações sociais das organizações políticas de esquerda. Questiona a concepção de militância, o papel instrumental que as mulheres representam nestas organizações, os lugares de poder e de visibilidade/invisibilidade política às quais fica confinada sua participação, sendo este o espaço histórico onde se tem produzido a construção de sua liderança.

Nos países de América Latina durante estes anos, o feminismo não põe ênfase em mostrar sua proposta de transformação global da

sociedade, não se posiciona no ponto de vista da estratégia. Atuando a partir do local e no local, a partir do microfísico procura desvelar e desmontar o sistema patriarcal incorporado às mulheres. Tendo em consideração o fato de que o pessoal é político, o feminismo feito carne começa pelo privado, quer dizer, a crítica como processo de tomada de consciência dirige-se às relações afetivas (o companheiro, os filhos/filhas) e ao partido enquanto ambos constituem simbolicamente a família, a pertença, a inserção, a doação de sentidos no mundo.

Em concordância com este processo crítico de questionamento, é que ganha significação a compreensão do papel e função de subordinação, exploração e alienação da força de trabalho economicamente passiva daquelas que assumem a administração do privado no cotidiano doméstico, a produção e reprodução social da força de trabalho, via maternidade e reprodução da vida doméstica. Desde aqui começam a desenvolver-se três linhas de preocupação política e epistemológica de caráter estratégico para o feminismo latino-americano que encontraram, - já no final dos 80 e prosseguindo pelos 90 - espaços de autonomização, visibilidade, institucionalização, negociação política com os governos locais e investimento de financiadoras internacionais. Estas linhas são: a luta pela inserção gradual e sistemática das mulheres no trabalho economicamente ativo, a questão da violência doméstica e o desenvolvimento do eixo saúde e direitos reprodutivos.

Olhando retrospectivamente pode-se afirmar que as três fontes teóricas que sustentam o desenvolvimento crítico da teoria do sistema das relações sexo/gênero, marxismo, psicanálise e teoria do patriarcado, convergem na realidade dos corpos procurando novos sentidos de construção social. E é precisamente neste contexto que o fato de ter a esquerda como um referencial para a tomada de consciência e para a mudança começa a ser significativo porque ela era/é a que se autopercebe e é percebida pelo conjunto da sociedade como a força que representa as mudanças. Num sentido mais radical, é percebida como a portadora da revolução. Porém, para o feminismo, ela aparece como a responsável pela presença e manutenção do conservador e, enquanto tal, é encaminhada, a partir de cada processo de individuação crítico das mulheres, a questionar-se na sua condição de portadora de mudanças e a renovar-se integrando novos conteúdos: os da liberação da mulher e das relações sexo/gênero.

Durante os primeiros anos, então, a esquerda é o espelho que lhe permite olhar-se e sem ela o feminismo latino-americano e do Caribe não teria inicialmente espaço de inserção e referência: um lugar de onde

partir, um eco que fizesse tanto sentido à desconstrução biográfica das relações patriarcais sexo/gênero. Sem ela não teria sido possível essa individuação, enquanto processos expandidos que foram permeando o movimento de participação e de crescimento quantitativo e qualitativo.⁵

De outro ponto de observação, é um sinal o fato de que as direitas políticas não tenham sido o substrato de rebelião e questionamento, o pushing-ball das mulheres feministas. Sem dúvida que foi a esquerda e, passadas quase duas décadas do início deste processo, pode-se avaliar como foi que cada país experimentou este confronto, até onde as feministas aprofundaram esta contradição, quais foram os custos e quais foram os benefícios, quais foram as negociações privadas e públicas, como foram tecendo-se os conteúdos de autonomia a partir das diferentes posturas políticas que as feministas adotaram neste ir e vir. Inclusive, desde a construção do movimento, pode-se também indicar o que teoricamente foi incorporado à reflexão de gênero.

Caminhando por este sentido de interpretação, é evidente que tanto as feministas que continuam nos partidos, as feministas militantes, quanto aquelas que saíram "feministas movimentistas" e aquelas que, sendo de esquerda, se incorporaram ao quefazer "movimentista" e às suas diferentes expressões sem passar pelo partido, trazem-nos hoje, ao cabo de dezoito anos de movimento, histórias de opções não só distintas senão mais ou menos legitimadas, mais ou menos bem sucedidas frente ao sistema capitalista, tornando mais complexas as diferenças de posicionamento político das feministas à luz de sua proximidade/distanciamento para com a aceitação da lógica da economia de mercado e as políticas de desenvolvimento na globalização.

Retomando os quatro eixos, "político, feminista, popular e movimentista", e o modo como se articulam no interior do imaginário de esquerda, estrutura-se outro nó hermenêutico. Com efeito, o feminismo em nossos países incorpora, desde seu início, a contradição que vive a esquerda entre os conteúdos da revolução como ruptura

⁵Esta leitura dos fatos não deixa de reconhecer os problemas que existiram e ainda existem dentro dos Partidos de esquerda em relação à legitimação do Feminismo (o bom e o ruim). Porém, o olhar analítico encara e reconhece que sem essa presença, sem esse contexto, os conteúdos político-culturais do Movimento teriam sido outros o que sem dúvida vem precisamente a explicar a originalidade e peculiaridade do Feminismo de este lado do planeta. Com efeito, os próprios processos de tomada de consciência das feministas não teriam sido tão "revolucionários culturalmente" como foram, não teriam sido tão marcados pela política. Neste sentido, a mudança foi uma questão que envolveu diretamente o interno/intimo e não só a superestrutura.

violenta e a democracia como ruptura pactuada. Quanto aos conteúdos políticos partidários-organizacionais, o feminismo não só questiona e procura desmontar as formas de compromisso social apreendidas na militância, como aprofunda sua crítica até ao princípio de representação social base de construção do poder político e base do que posteriormente ganhará sentido através da reflexão posmoderna.

No interior do Feminismo, esta questão se articula com um lado radical reforçando o traço movimentista que nega o exercício representativo/representacional da liderança e não transfere o direito à voz própria a nenhuma outra mulher, seja ela feminista ou não. Isto viria a explicar, a nível epistemológico-metodológico, o auge - nas pesquisas feministas - do testimonial, das histórias de vida, do biográfico como forma de redimensionar e recuperar a emergência e explosão da subjetividade, da ação e a participação das mulheres.

Quanto ao político, "mais institucional", o sistema de relações sociais - via governos locais/nacionais - inicia um processo de cooptação das feministas mais visibilizadas que tem um efeito perverso: a constituição progressiva de vozes de algumas mulheres em representação política de fato, e não de direito, as quais instalam, com o passar dos anos, um dispositivo de institucionalização e reconhecimento de uma rede que tem um fechamento "não estritamente político", tem um fechamento "epistemológico" no sentido de que se estrutura a partir do saber/poder, mais que opera "até o político" e que nele se legitima.⁶ Agora é esta a situação que coloca "interrogantes éticas" relativas ao pragmatismo da práxis feminista na atualidade⁷. E esta situação resulta numa polarização política, numa ruptura de difícil resolução para o

⁶ O conceito de "históricas" para designar as feministas que vêm desde os primeiros Encontros (Colômbia, Peru) já conota a legitimação e o reconhecimento de uma certa hierarquia, a evidencia de um certo dispositivo de poder, um certo capital simbólico circulando, assim estas feministas não assistem aos Encontros posteriores nem procuram legitimar, validar seu saber/poder em espaços de construção do Movimento Feminista. De fato, têm construído espaços de legitimação que operam com autonomia e independência do Movimento Social de Mulheres e do Movimento Feminista avançando no distanciamento e no crescimento de tendências.

⁷ As interrogantes éticas indicam a dificuldade e a impossibilidade que experimenta o feminismo institucional para posicionar-se desde a cidadania e desde o movimentista. Em concreto, um exemplo: quem está posicionado/a desde algum lugar do Estado ou desde alguma instituição que executa políticas públicas-sociais emanadas deste, não pode posicionar-se desde a cidadania, desde um Movimento Social e atuar em consequência. Daí emanará só esquizofrenia, porque o Estado pode pensar e planejar a ocupação da ação cidadã, só que esta também invocará a sua condição de Soberania e Capacidade de Resistência, pondo em xeque o posicionamento e o lugar do executor/a.

Movimento Feminista Latino-americano entre o traço Movimentista (não representacional e por tanto não institucional) e o traço Político (representacional e institucionalizado).

Em concreto, na avaliação política propriamente movimentista que se faz do "estado da arte feminista latino-americano e do Caribe", passados os primeiros anos 90, em termos de fragmentação e invisibilidade, estas se explicariam e encontrariam justificativa no interior das instâncias legitimadas do Feminismo, isto é, nos Encontros Nacionais e Latino-americanos-Caribenhos, como efeitos da "onguinização", "governamentalização", "especialização", "profissionalismo acadêmico".⁸ Todos estes seriam neologismos usados para designar a práxis política feminista institucionalizada ou de um "feminismo que fala em representação" (*Feminismo Socialista, Feminismo Autônomo, Feminismo Agenda Radical, Feminismo Mulheres Jovens, Feminismo Nem as umas nem as Outras*, etc., contidos nas Declarações do VII Encontro Feminista Latino-americano Cartagena Chile, (1996).

Voltando ao duplo movimento genealógico e arqueológico (Foucault, 1979), pode-se afirmar que o primeiro momento vivido pelas mulheres se assimila à teoria do patriarcado e à re-elaboração da teoria psicanalítica pois, enquanto emergência e explosão da subjetividade testemunhal e biográfica, implica a elaboração de uma relação simbólica de hierarquia com o Poder/Saber - Pai - Deus/domínio do Sagrado - País - Estado - Partido - Companheiro - Filhos: uma oposição binária arquetípica que se funda e se reproduz no sistema patriarcal. (Guerra, 1994).

Quer dizer, o momento de tomada de consciência crítica das mulheres quanto à sua condição subordinada, independentemente de que seu referente seja a esquerda, corresponde ao processo individual que, a partir dos respectivos recortes teóricos, se procura desencadear. Tanto a técnica de trabalho grupal com mulheres, os grupos de tomada de consciência enquanto espaços de mulheres constituídos para socializar experiências, coordenar ações terapêuticas, de apoio e ajuda mútua quanto as orientações básicas desses questionamentos correspondem ao que se elabora no interior da teoria sobre o

⁸ Do ponto de visão Foucault- Deleuze expresso no artigo os Intelectuais e o Poder, (1979: 69-78) este processo de institucionalização (as democracias) bem pode ser lido como uma reforma, a partir de um pacto dentro de uma tendência do feminismo, na tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. Como efeito temos a perda da radicalidade do movimento.

patriarcado. Assim, os conteúdos dessas elaborações, a desconstrução e construção da subjetividade na linguagem, até a individuação e as identidades, inserem-se no psicanalítico.

O segundo ponto temático que se pode pensar como o Popular ligado ao Revolucionário estruturar-se-ia no interior do Marxismo. Em nossos países, como já se disse antes, esta questão coloca dois problemas no feminismo: de um lado, a semantização do popular das relações sexo/gênero enquanto classe/revolução, e de outro, o popular das relações sexo/gênero enquanto força de trabalho e maisvalia. Estas significações, em relação com o Patriarcado, a Psicanálise e posteriormente o Construtivismo, vão tornando mais conflitiva a procura de posicionamento dentro do Movimento.

De fato, no interior dos espaços feministas, inicia-se um processo de invisibilização do conflito de classes e este se coloca como elemento cultural de diferenciação e de individuação entre as próprias mulheres. Tudo isto já se observa a partir do II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado no Peru em 1983, constituindo-se, em 1996, durante o VII Encontro Feminista realizado em Cartagena-Chile, num dos nós que explicam as contradições e fragmentações que o Movimento experimenta.

Neste sentido convém lembrar que em alguns países, como o Brasil, o Chile, a Argentina, que lutaram para sair de ditaduras militares no início dos anos 80, a diferença que coloca o "popular feminista" se resolve virtualmente através do engajamento comprometido com uma luta pela recuperação das democracias sem especificações para o social: nessa época o Movimento foi "Feminista Politicamente Democrático". No entanto, as mulheres de outros países, como é o caso da Nicarágua e de Cuba, durante estes anos se abstêm da participação, inserção e pertença ao Movimento Feminista Latino-americano (Encontros de Colômbia e Peru) precisamente porque a opção política pela democracia indiretamente lhes impossibilita formular uma compreensão do feminismo segundo o modo peculiar em que o estão experimentando em seus países. A conjunção aqui é Feminismo Político Revolucionário. Assim, em países como o Peru, que vivem a via guerrilheira-armada e a democracia de uma maneira mais radicalizada, o feminismo formula claramente ao Movimento esta dupla vertente: um Feminismo Político Popular que não pode ser Democrático, é Revolucionário, e um Feminismo Político Democrático que não pode ser Popular nem Revolucionário. Esta observação clínica do sintoma é o que está na base da categorização sobre o fazer e atuar das mulheres que posteriormente permite a Kirkwood, em Chile (1986), falar das "mulheres feministas

políticas" para referir-se àquelas que permanecem amarradas à compreensão que os partidos políticos de esquerda tem a respeito dos fins, objetivos, métodos, teoria, práxis e prioridades que assume e assumirá a emancipação global da sociedade e falar de "mulheres feministas"⁹ referindo-se àquelas que, construindo a autonomia, mantêm a referência à necessidade de fazer política a partir das mulheres e de suas próprias carências e alienações. (Kirkwood, 1986: 196)

Na atualidade, as primeiras seriam feministas que exercem sua prática ligada às políticas de um Estado Transnacional e a governos locais encarregados de executá-las autoritariamente em benefício de poucos e não da maioria das mulheres. As segundas seriam aquelas feministas que resistem a partir da prática movimentista aprofundando o político a partir de uma redefinição do popular-cultural.

Com efeito, estas duas posições limites marcaram o modo a partir do qual as feministas foram definindo a sua práxis política e inclusive constitui hoje o intervalo que define os conflitos de interesses de posicionamento (político-econômicos) que se colocam em confronto. Também, por que não dizer, são os desafios que, ao finalizar-se o Milênio, colocam-se à rearticulação do Movimento Feminista Latino-americano e a toda proposta que dele emane como Movimento Social.



Bibliografia Consultada

- ALVAREZ, S.: (1994) . *La (trans) formación del (los) Feminismos y la Política de Género en la democratización del Brasil*, In *Mujeres y Participación Política: Avances y desafíos en América Latina*, Bogotá, Tercer Mundo.
- BOURDIEU P.: (1983). *Campo de Poder y Campo Intelectual*, Folios Ediciones, Bs.As., Argentina.
- BOURDIEU P.: (1987). *Cosas Dichas*, España: Gedisa.
- COTIDIANO MUJER: (1996). *Convocatoria al VII Encuentro Feminista, Carta Abierta a las Feministas Latino-americanas (Firmada por Colectivos Feministas, ONG.s, instituciones del Estado de Chile, mujeres independientes)*, Rev., III Época No. 22 Maio, Montevideu, Uruguai.

⁹ Supõe uma leitura forte do compromisso com o Feminismo e o Movimento.

- Feminismo Radical: **Conclusiones Agenda Radical**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y el Caribe Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- Feminismo Autónomo: **Conclusiones Feminismo Autónomo**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y el Caribe, Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- Feminismo Hacia las Unas y Las Otras: **Conclusiones Taller Ni las Unas Ni las Otras, Hacia las Unas y las Otras**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe Nov., Cartagena Chile, 1996.
- Feminismo Socialista: **Conclusiones Taller Feminismo Socialista**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- Feministas Jóvenes: **Conclusiones Taller de Feministas Jóvenes**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- FOUCAULT, M.: (1979). **Microfísica del Poder**, Graal RJ, Brasil.
- GUERRA, L.: (1994). **La Mujer Fragmentada: Historias de un Signo**, Ediciones Casa de Las Américas, La Habana, Cuba.
- HABERMAS, J.: (1989). **Teoria de la Acción Comunicativa Vol 1y2** Taurus, Alfaguara, Madrid, España.
- JELIN, E., e Calderon, F.: (1987). **Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina**, Rev. Brasileira de Ciências Sociais, No. 5 Vol 2 Brasil.
- KIRKWOOD, J.: (1986). **Ser Política en Chile: Las Feministas y los Partidos**, Flacso, Santiago, Chile.
- PISANO, M.: (1996). **Entrevista, Cotidiano Mujer**, Rev., III Epoca No.22 Mayo, Montevideo, Uruguay.
- LECHNER, N.: (1984). **La Conflictiva y Nunca Acabada construcción del Orden Deseado**, Flacso, Santiago, Chile.
- LECHNER, N.: (1988) **Los Patios Interiores de la Democracia**, Flacso, Santiago, Chile.
- LETELIER L.: (1996) **Gênero: a Tomada de Consciência de Uma Categoria**, Cadernos de Ciências Sociais No.39, DCS UFPb Paraíba, Brasil.
- O DONNEL, G. e Schmitter P.: (1986) **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies**, Baltimore J, Hopkins, University Press. U.S.A.,.
- SAPORTA, Navarro, Chuchryk, Alvarez: (1994) **Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo**, en **Mujeres y Participación Política: Avances y Desafíos en América Latina**, Bogota, Tercer Mundo.
- SCOTT, J.: Gênero: (1990). **Uma Categoria Util de Análise Histórica. Educação e Realidade**, Porto Alegre, Vol 16, No 2 Jul/Dez Brasil.
- VARGAS G.: (1995). **Una Mirada del proceso hacia Beijing**, en **Estudios Feministas** Vol.3 No.1 IFCS/UFRJ, Brasil.
- Vargas G.: (1996). **Carta Abierta a Las Comisiones Organizadoras de los Seis Encuentros Anteriores**, Rev. III Epoca, No., 22 Mayo, Montevideo, Uruguay.
- Vargas G.: (1996) **Hacia el VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe**. Ponencia presentada en Cartagena, VII Encuentro Feminista, Chile.